

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Permanente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná – Sindijus-PR, iniciada às 16:30h do dia 14 de Maio do ano de 2016, em segunda convocação, na Sede do Sindijus-PR, localizado à Rua David Geronasso, 227, Boa Vista, Curitiba, para tratar dos seguintes itens de pauta: 1. Projetos de Lei que retiram direitos; 2. Isonomia; 3. Campanha; Plano de Carreira; 4. Data Base; 5. Sindicalização; 6. Adiamento da prestação de contas; 7. Manutenção do estado de greve; 8. Informes. A Assembleia Geral Extraordinária Permanente iniciou-se sob a presidência do Coordenador Geral, José Roberto Pereira, que apresentou os pontos de pauta, com a leitura do edital. Falou sobre os 55 projetos de lei que tramitam no congresso nacional que prejudicam os direitos dos servidores públicos, a exemplo do PLP 257. Apresentou a situação do projeto 182, que trata de alterar a lei do desconto da contribuição sindical, que reza “deverá” ser descontado em folha. A tentativa é de alterar para “poderá”, se for assim isso trará um grande prejuízo à organização sindical, havendo a possibilidade da instituição se negar a fazer o desconto e ficar inviável a continuidade das atividades sindicais. Em seguida passou para o servidor José Padilha fazer um relato sobre o andamento da comissão da paridade entre 1º e 2º graus, já que é representante dos servidores no comitê gestor. Padilha fez um relato sobre o surgimento do comitê e o desdobramento até o grupo de trabalho que visa à isonomia. Colocou que atualmente há projetos muito mais importantes que a estruturação do gabinete do juízo e a isonomia, como, por exemplo, a estruturação das equipes multidisciplinares. Destacou que os próprios servidores elencaram muitas prioridades nas visitas pelas comarcas feitas em 2014 pelo planejamento estratégico, sendo o investimento em formação, capacitação, melhoria dos sistemas do tribunal. Colocou que infelizmente as comissões não têm o andamento célere como se esperava. Ressaltou o seu comprometimento com busca pela paridade de vencimentos enquanto membro da equipe de trabalho. Daieniffer apresentou um relato sobre como têm sido as discussões dentro da isonomia e o que foi desenvolvido até a última reunião. Apontou que há uma resistência à implantação da isonomia, apesar de os números apontarem a possibilidade orçamentária. Sendo que o momento é de grande embate na comissão. Em seguida a servidora Patrícia apresentou um relato da situação do grupo de trabalho e todos os entraves que têm

acontecido. Colocou que o servidor do segundo grau é mais organizado, que o primeiro grau é mais acomodado, expressando que as informações devem chegar a todos os servidores, para os que vieram e os que não compareceram, que precisa haver uma mudança de postura, de mais união dos servidores e mais participação. Padilha lembrou que não é pauta da comissão a extinção de carreira que o único objetivo é a paridade de vencimentos. Foram abertas as inscrições para as perguntas. Houve amplo debate. Padilha colocou que está no comitê para defender os interesses dos servidores que representa, mas que às vezes fica difícil responder todos os email's. A diretora Daieniffer apresentou a proposta da direção colegiada para mobilização: 1) Paralisação no dia 20-05, às 18hrs, grande ato na frente do TJ, iluminando o prédio. 2) Dia 23-05, das 14 às 15hrs, nos locais de trabalhos, todos devem sair dos sistemas do TJ (Projudi, SICC, etc), nesse momento será disponibilizado um vídeo no site do Sindijus para que os servidores possam assistir. Durante esse período enviar mensagens via whatsapp e facebook: Isonomia Já, para mostrar que todos estão mobilizados. 3) carta aos desembargadores para ser entregue dia 23-05, na sessão do O.E. 4) Abaixo-assinado. Edson disse que todos os dias deve haver pessoas presentes no TJ, acompanhando as atividades. O servidor Bruno propôs que se coloque uma faixa na frente do TJ e também nos fóruns com uma contagem regressiva para o término do prazo estabelecido na resolução; que seja organizado um seminário; que haja uma audiência pública, com um representante do CNJ. Andrea ressaltou que também haverá um cronometro no site das entidades para contagem dos 180 dias da resolução 219. José Roberto sugeriu a realização de um seminário para debater a isonomia. Houve amplo debate. Foi aprovada a proposta da direção, com acréscimo de um seminário a ser realizado no dia 20, com transmissão. José Roberto passou para o ponto da Data-Base, apresentou a situação atual de conflito entre os repasses menores do duodécimo e também o projeto da LDO que está na ALEP, que propõe a alteração da base de calculo para o repasse o que provocará uma crise financeira no TJ. Diante disso, afirmou que o sindicato está em diversas tratativas com membros do Tribunal, da ALEP e até mesmo solicitando uma reunião com o governador do Estado. Cid Cordeiro, assessor econômico do sindicato apresentou a situação financeira do estado e do Tribunal, deixando claro que se não houver uma normalização do repasse

não há dinheiro para a implantação da data base (9,28%). Lembrou que no ano passado já não houve repasse integral do duodécimo. Na atual condição do repasse, este ano não há provisão para pagamento do décimo terceiro salário para os servidores do judiciário. José Roberto informou que o esboço de plano de carreira apresentado na Plenária, trouxe alguns itens que levantaram uma grande discussão. Diante disso, sugeriu que fossem feitas as devidas adequações e no congresso seja feito um novo debate. O Coordenador propôs que também fosse adiada a assembleia de prestação de contas para julho no congresso da categoria, não houve oposição ao encaminhamento. Foi mantido o Estado de Greve. Ficou deliberado por alterar a faixa para que haja um destaque na palavra "Isonomia" e para "180" dias. O assessor do Sindicato, Sergio Ubiratã, apresentou o lançamento da campanha de sindicalização, e solicitou para que todos levem os cartazes para fixar nos locais de trabalho. Nada mais havendo a tratar foi suspensa a Assembleia Geral Extraordinária Permanente, da qual eu, Daieniffer Cherini Lopes, _____, Secretária Geral lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, vai por mim assinada, juntamente com o Coordenador Geral, José Roberto Pereira _____.